

# BOLETIM ADUNICAMP

http://www.adunicamp.org.br e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 12 07/07/98

## Crônica de um Conad

**Adolpho Hengeltraub\***

Às 20 horas do dia 26 de junho próximo passado, no Teatro Municipal da cidade de Campina Grande na Paraíba, deu-se a plenária de abertura do XXXVI CONAD (Conselho das Associações docentes) do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). O evento contou com a presença de inúmeras autoridades destacando-se Vicente Paulo da Silva ("Vicentinho"), presidente da CUT e Luiza Erundina. Nesta cerimônia tomou posse a diretoria recentemente eleita do ANDES. Só faltou tomar posse o Sr. Paulo Renato Costa Souza, DD Ministro da Educação desta República. Pode causar estranheza esta afirmação a qual será objeto de análise da greve das universidades federais em um boletim especial.

Os trabalhos iniciaram-se de fato no dia seguinte, sábado, com a Plenária de Instalação, às 9 horas.

Aí o pau comeu solto. Acusações ao Sr. Renato Oliveira, presidente do ANDES, de negociações de bastidores feitas antes de ser empossado e à revelia do Comando Nacional de Greve (CNG) atingiam a mesa diretora vindas de todas as partes do plenário. Renato discursou afirmando que processaria quatro ex-diretores por calúnia e difamação.

Circularam no plenário cópias da "Nota Oficial da Diretoria da Andes" de 27/06/98 com proposta de reajuste salarial da Diretoria (recém empossada) que não mencionava explicitamente os aposentados e que foi rejeitada por entender o plenário que o CNG é a única instância legítima de negociação (seus membros são indicados pelas assembléias das associações docentes em greve).

Circularam também no plenário cópias de notas taquigráficas, com data 24/06/98 (dois dias antes da posse da nova diretoria) da Câmara dos Deputados de discurso proferido pelo Deputado José Jorge (PFL-PE). Nestas notas é mencionada duas vezes a "nova diretoria do ANDES": uma como tendo enviado sugestões para a elaboração do Projeto de Lei nº 4.605 que estabelece as gratificações para

os docentes das universidades federais e outra por adotar "uma postura mais aberta à negociação".

Depois de diversos embates foi comunicado que a diretoria havia retirado a proposta. O CONAD pode então retomar o rumo previsto discutindo os pontos de pauta, sem a presença dos senhores Renato de Oliveira e Osmar Marchese (secretário do ANDES) que haviam viajado para Brasília.

Na Plenária de Encerramento a diretoria apresentou uma proposta de não aprovação das contas da diretoria anterior devido a erros de soma contidos em planilhas da prestação de contas. Propôs ainda que fosse aprovada a contratação de uma

empresa de auditoria. As contas da gestão passada seriam aprovadas no próximo Congresso do Andes-SN. Foi lembrado por membros da plenária que a aprovação (ou rejeição) estatutariamente é tarefa do CONAD que não poderia ser deferida ao Congresso. Após extenuantes debates a prestação de contas foi posta em votação tendo sido aprovada por ampla maioria. Note-se que não foi aprovada a negação da aritmética. As contas foram aprovadas no plano político, isto é, foi aprovada a aplicação de recursos em campanhas,

congressos etc. À nova diretoria cabe apurar e reparar eventuais erros contábeis e, caso haja comprovação de dolo ou má fé, responsabilizar quem os cometeu.

Finalmente, ao apagar das luzes do XXXVI CONAD foi lida a "Carta de Campina Grande", de iniciativa da diretoria do ANDES-SN, onde é criticada "a forma autoritária como os governos tanto federal quanto estaduais, vêm conduzindo as políticas públicas, destruindo os direitos sociais no País". Nela é ainda reafirmada a disposição dos participantes do CONAD de, em nome dos professores de todo o país, intensificar a luta em defesa da Universidade Pública.

(...) é ainda reafirmada a disposição dos participantes do CONAD de, em nome dos professores de todo o país, intensificar a luta em defesa da Universidade Pública.

\*Adolpho Hengeltraub, vice-presidente da Adunicamp e delegado da entidade no XXXVI Conad do Andes-SN.

## LDO/99 mantém 9,57% de ICMS para as universidades

O bloco governista na Assembléia Legislativa de São Paulo conseguiu impedir a discussão em plenário e a conseqüente votação das emendas ao projeto de LDO para 1999 que propunham o aumento do percentual do ICMS para as universidades públicas paulistas. Em função das manobras do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado Fernando Cunha (PSDB), esgotou-se o prazo para a votação em Comissão do parecer do relator e das emendas apresentadas (ver boletim nº11). Por essa razão, o presidente da casa nomeou um relator especial que encaminhou o projeto de lei ao plenário. Receosos que a discussão das emendas, inclusive as da universidade, pudessem provocar o

desgaste dos deputados situacionistas em ano eleitoral, os governistas encaminharam um roteiro de votação do projeto sem a possibilidade de destaques para emendas. A oposição apresentou, em nome da deputada Beatriz Pardi (PT), outra proposta de roteiro garantindo os destaques. Sob veementes protestos de alunos, funcionários e docentes, presentes nas galerias da Assembléia, venceu a proposta dos governistas que garantiu a votação do projeto de lei em bloco. Desse modo, o percentual do ICMS a ser destinado às universidades no ano que vem continuará sendo de 9,57%, mais os repasses de compensações federais ao governo estadual, previstos na Lei Kandir.

## Cortes no orçamento: a hora e a vez da Unicamp

O cenário dos cortes é aquele já conhecido: crise, falta de recursos, gerados pela situação econômica nacional e seus reflexos nos planos locais. Também conhecido é o fato de as novas administrações assumirem as dívidas, os problemas, enfim, os acertos e desacertos dos antecessores. No cenário dos cortes, só comparecem os desacertos financeiros e administrativos que dificultam, com certeza, a vida da Universidade.

Se já vínhamos vivendo momentos difíceis, é bom prepararmo-nos para momentos ainda mais duros. Consideremos, a propósito, o orçamento aprovado pelo último Consu (03/07/98), após um longo tempo de debates.

A proposta aprovada pelo Consu, baseada nas proposições sugeridas pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, inclui também alguns procedimentos relativos à implementação dos cortes previstos:

1 - Na reunião ordinária de setembro próximo, o Consu deverá avaliar o impacto das medidas citadas. No caso de existência de disponibilidade orçamentária, serão priorizados recursos para o Faep e para a promoção de mérito de docentes.

2 - Os 10% não contingenciados (item IV da pauta) poderão ser usados para custeio e investimento das Unidades.

3 - Na reunião ordinária de julho próximo, o Consu deverá discutir a outorga do prêmio Zeferino

Vaz (custo de 360 mil por ano), inclusive para o corrente ano de 98, e também colocar em pauta a discussão de uma política que centralize as contratações, levando em consideração as necessidades globais da Universidade.

Vale informar também que, com relação ao orçamento de 1999, - que deve ser discutido em outubro/novembro próximos, - a Comissão encarregada de estudar o novo sistema de promoção de funcionários deverá apresentar sua proposta.

4 - Todas as contratações e promoções de docentes (por concurso ou não) estão suspensas, mantidas apenas aquelas aprovadas pelas Congregações até o dia 03/07/98 (véspera do último Consu).

Os frios números dos cortes orçamentários não deixam dúvidas quanto à situação a ser vivenciada pela Universidade nos próximos tempos: dificuldade em todos os sentidos. Temos razões para temer uma asfixia que porá em risco nossa sobrevivência. E se os cortes previstos não forem suficientes? E se não houver o repasse previsto pela Lei Kandir? Na votação da LDO para 99, não obtivemos o que reivindicamos.

Não há como fugir ao clima de austeridade geral. Basta saber se o remédio não vai matar o doente. O preço da austeridade pode ser alto demais.

### Informe

### **Cantina da Adunicamp**

A partir desta semana (07/07/98) a Cantina passa a oferecer um desconto de 10% aos associados (exceto cigarros e bebidas).